



9

MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA  
CÂMARA MUNICIPAL  
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

CERTIDÃO

----- **Marta Alexandra Rocha Pereira Gonçalves**, Chefe da Divisão de Administração, Gestão Financeira e Contratação Pública, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Ponte da Barca:-----  
----- **Certifica** que na ata da reunião ordinária do Executivo, realizada no dia dezanove de setembro de dois mil e dezanove, consta, entre outras, a deliberação do teor seguinte: “12.7.- DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO “CENTRO INTERPRETATIVO DA CULTURA DE MONTANHA” - Presente informação interna nº 2836, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Gestão Urbanística, registada sob o nº 5162, em 16/09/2019, que se transcreve: “Para efeitos de candidatura do Projeto “Centro Interpretativo da Cultura de Montanha”, a submeter ao aviso N.º 002/ ADRIL/ 10216/ 2019 do PDR2020 “Renovação das Aldeias”, é necessário que seja reconhecido o interesse municipal do referido projeto. Assim, e conforme informação técnica anexa, submete-se à consideração superior o envio a reunião de Câmara Municipal, para pronúncia deste órgão, nos termos do disposto nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, quanto ao reconhecimento do interesse económico do Projeto “Centro Interpretativo da Cultura de Montanha”, para a população do concelho. A pronúncia da Câmara Municipal será posteriormente apresentada à Assembleia Municipal, para deliberação sobre a matéria requerida nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma.

INFORMAÇÃO TÉCNICA

**Declaração de Interesse Municipal do Projeto “Centro Interpretativo da Cultura de Montanha”**

**I- CONSIDERANDOS FACTUAIS**

O Projeto “Centro Interpretativo da Cultura de Montanha” a submeter ao aviso N.º 002/ ADRIL/ 10216/ 2019 do PDR2020 denominado “Renovação das Aldeias”, necessita cumprir o disposto na alínea i) do artigo 46º da Portaria 152/2016 de 25 de Maio, mais concretamente o reconhecimento do **interesse** do mesmo para as populações ou para a economia local, sendo um critério de elegibilidade da candidatura.

O projeto supra enunciado engloba três ações:

Ação 1 – Reabilitação e apetrechamento do edifício denominado por escola velha.

Ação 2 – Criação de exposição permanente alusiva ao Pai velho.

Ação 3 – Implementação de um plano de atividades conjuntamente com a junta de freguesia de Lindoso e a associação “Os Amigos de Lindoso”.



y

MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA  
CÂMARA MUNICIPAL  
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

## II – ANÁLISE

### ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O reconhecimento de interesse municipal, encontra-se regulado nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

De acordo com o clausulado nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apreciar e pronunciar-se quanto ao interesse económico do empreendimento para o concelho, e posteriormente remeter à Assembleia Municipal, para efeitos de emissão por aquele órgão de declaração de interesse municipal do projeto em referencia, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

### MAIS-VALIAS

Este projeto tem como objetivo a reabilitação de um edifício junto ao Castelo de Lindoso para a sua valorização enquanto elemento patrimonial local e cultural e dotar a população e visitantes de equipamentos necessários à preservação, dinamização e divulgação de costumes que tem perdurado ao longo dos tempos, como é exemplo disso o Pai Velho. Do mesmo modo, pretende-se implementar um plano de atividades, direta ou indiretamente relacionado com a cultura tradicional, criando um conjunto de fatores de atração para os residentes e visitantes passarem bons momentos na aldeia, dinamizando assim a economia local.

É expectável a contribuição para o desenvolvimento da economia local e subsequente interesse das populações através do seguinte:

- Aumento da atratividade da visitação turística no concelho devido ao maior leque de oferta divulgativa dos recursos turísticos, nomeadamente, o património cultural e paisagístico do território, permitindo desta forma proporcionar uma experiência mais enriquecedora para os visitantes, o que pode traduzir um aumento na duração de estada dos mesmos.
- Valorização do conhecimento dos usos e costumes tradicionais endógenos, inseridos na área de abrangência através de um programa educacional com o objetivo de transmitir as tradições e técnicas usadas na produção do artesanato típico desta região e costumes, promovendo deste modo a sua preservação e, simultaneamente, incentivando o empreendedorismo.
- Criação de oportunidades de emprego e de rendimentos quer à população em geral quer aos agentes/ operadores económicos implantados.



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA  
CÂMARA MUNICIPAL  
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO

Em coerência com as razões de facto e de direito enunciados, submete-se à consideração superior o envio à Câmara Municipal, nos termos do disposto nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de setembro, o reconhecimento do interesse económico do Projeto “Centro Interpretativo da Cultura de Montanha”, para a população do concelho, e posterior remessa à Assembleia Municipal, para efeitos de emissão por aquele órgão de declaração de interesse Municipal do projeto em referência, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de setembro.”-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços, declarando, assim, de interesse municipal o Projeto “Centro Interpretativo da Cultura de Montanha”. Mais foi deliberado submeter o assunto à Assembleia Municipal.”-----

----- O referido é verdade.-----

----- Secção Administrativa e de Expediente, da Divisão de Administração, Gestão Financeira e Contratação Pública, 25 de setembro de 2019.-----

A Chefe de Divisão, em regime de substituição,

(Marta Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves, Dr.ª)